

Um dos problemas que mais afligem a sociedade brasileira moderna é a falta de acesso ao Judiciário. Algo em torno de 80% da nossa população é considerada carente, na acepção social e jurídica do termo, já que não pode pagar as custas, honorários de advogado e despesas de um processo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Garantia maior da cidadania, um dos fundamentos do Estado democrático (art. 1º, II, da CF), é o acesso ao Judiciário, por sua vez um dos mais importantes direitos fundamentais elencados na CF (art. 5º – XXXV e LXXIV).

A grave crise econômica que atravessamos, com recessão, inflação assustadora, miséria generalizada, enfim, um caos social, faz surgir grande número de conflitos diários de interesses, envolvendo camadas variadas da sociedade. Nos grandes centros urbanos, onde o relacionamento humano é, geralmente, muito frio e impessoal, não se sabendo a quem recorrer diante de uma adversidade, os mecanismos de solução desses conflitos são bastante imperfeitos. Ora são resolvidos por atuação própria do interessado ou por "justiceiros" (lei do mais forte), ora há uma total renúncia do direito do prejudicado diante das dificuldades encontradas junto ao aparelho estatal. Apenas pequena parcela desses conflitos canalizada para o órgão com missão constitucional para dirimi-los: o poder Judiciário.

São conflitos de toda ordem: briga de vizinhos, lesão ao direito do consumidor, discussões em condomínios, etc. Surge daí o fenômeno denominado "litigiosidade contida". Vale dizer, grande parte

desses conflitos não é resolvida ou é dirimida de forma inadequada, resultando em ingrediente substancial e poderoso da violência social.

Na feliz imagem do Des. de São Paulo KAZUO WATANABE, nos países do Primeiro Mundo a expressão "eu te processo" assusta o causador do dano, que logo se preocupa em compor com o lesado. Ao inverso, nos países que maltratam o direito do cidadão, a expressão "vai procurar seus direitos" é que assusta, já que o lesado sabe que terá que percorrer longo e demorado calvário, além de dispendioso, para ver restabelecido seu direito.

Mas o Estado está dotado de um sistema apto a solucionar, de pronto, grande parte desse problema. Basta que acordemos para essa realidade. São os Juizados Especiais de Pequenas Causas, previstos na Lei 7.244/84 e estabelecidos em sede constitucional.

Nos JEPC o acesso à Justiça existe; se não, vejamos: a) há gratuidade de todos os atos em primeiro grau; b) o ingresso no Juizado é direto, sem necessidade de assistência de advogado; c) o processo é absolutamente informal e simplificado (os depoimentos são tomados com uso de gravador e não há lugar para perícia, substituída, se necessário, pelo depoimento de técnicos), o que resulta em rapidez e eficácia da prestação jurisdicional; e d) valoriza-se a conciliação como forma de composição do litígio.

As estatísticas do Juizado da Capital, nos últimos quatro anos, revelam que cerca de 50% das questões trazidas à Corte são resolvidas com conciliação. O restante vem recebendo sentença definitiva em cerca de seis meses. Relewa notar que o JEPC não é sequer conhecido por boa parcela da população.

Quando se fala tanto em violência desenfreada, é momento adequado para os que detêm o poder perceberem essa realidade. É chegada a ocasião para melhor aparelhar o Juizado, fornecendo-lhe

material e pessoal adequado ao seu funcionamento, divulgando sua existência à população. Ainda mais que, com pequena reforma legislativa, seu campo de atuação poderá ser substancialmente ampliado, abrangendo diversas áreas (cível e criminal), desafogando sobremaneira a Justiça comum (art. 56, I, LJPC). Convênios poderão ser criados para a efetivação de Juizados volantes, em ônibus especiais, um dia da semana em cada bairro e comunidades carentes. É plenamente realizável o sonho da Justiça batendo à porta do cidadão para lembrá-lo de seus direitos; para lembrá-lo que é cidadão e que é amparado.

Em toda situação aflitiva, o óbvio é sempre mais difícil de ser notado.